

A EMENDA  
‘SUMIU’  
COMO VERBAS  
PARLAMENTARES  
DESAPARECEM NO CAMINHO  
ATÉ AS PREFEITURAS



Pé na terra. Crianças de Arari caminham em uma estrada que deveria ter sido asfaltada com verba de emenda

A pequena Arari, no Maranhão, recebeu em 2023 R\$ 1,25 milhão para recuperar estradas. O dinheiro que entrou na conta da prefeitura, porém, tomou vários caminhos, menos o que o levaria ao objetivo indicado na emenda de autoria do deputado federal Pedro Lucas Fernandes (União Brasil-MA), que desconhece o rumo da verba, assim como a prefeita atual. O caso de Arari, como mostram PATRIK CAMPOREZ e THIAGO FARIA, é um dos exemplos da falta de controle sobre emendas parlamentares que entraram no foco do STF. **PÁGINA 4**

<b>EDITORIAL</b> LULA DEVE EVITAR POPULISMO DA TARIFA ZERO PÁGINA 2	<b>MERVAL PEREIRA</b> <i>Como se construiu ato em defesa da democracia</i> PÁGINA 2	<b>MÍRIAM LEITÃO</b> <i>O pacto da masculinidade branca no STF</i> PÁGINA 22	<b>LAURO JARDIM</b> <i>Há espaço para um ‘outsider’ na eleição de 2026</i> PÁGINA 6	<b>DORRIT HARAZIM</b> <i>Nem tudo é apagável com um cessar-fogo</i> PÁGINA 3	<b>BERNARDO MELLO FRANCO</b> <i>Os entraves às vésperas da COP</i> PÁGINA 3	<b>ARMINIO FRAGA</b> <i>Em vez de criar impostos, é melhor reduzir isenções</i> PÁGINA 24	<b>PATRÍCIA KOGUT</b> <i>Ator suntuoso para encarnar um ‘Monstro’</i> SEGUNDO CADERNO
---	---	--	---	--	---	---	---



Eles sobrevivem nas ruas

Série especial de CÁSSIA ALMEIDA e MÁRCIA FOLETTO (fotos), que começa hoje, mostra como, apesar do avanço dos indicadores socioeconômicos do país, a população em situação de rua cresceu. Briga familiar, desemprego, perda da casa e dependência química são alguns dos fatores que ajudam a explicar o caminho da invisibilidade tomado por 350 mil brasileiros. **PÁGINAS 21 a 23**

**GUERRA EM GAZA**  
**Após cessar-fogo, meio milhão volta para a região em escombros**  
Encontrar moradias é uma das dificuldades dos palestinos que vêm retornando a Gaza. ONU estima que 80% das estruturas foram destruídas ou danificadas. **PÁGINA 27**

O QUE EU QUERO? SOSSEGO  
**Reclamações por barulho dobram no Rio**  
A briga pelo direito ao silêncio se acirra, e as queixas se multiplicam. Camorim, na Zona Sudoeste, é o campeão do barulho. **PÁGINA 32**

‘CASO ZERO’  
**Acusação de máfia de transplante de órgãos é tema de podcast do GLOBO** **PÁGINA 19**

**OBITUÁRIO/DIANE KEATON**  
**Annie Hall se despede outra vez**

Espirituosa, elegante e autêntica, Diane Keaton foi um ícone do cinema. Ela venceu o Oscar por “Noivo neurótico, noiva nervosa”, em que vive Annie Hall, uma de suas oito colaborações com Woody Allen. **SEGUNDO CADERNO**



NO CORAÇÃO DO INCOR  
**Por dentro do melhor hospital cardiológico da América Latina**  
Uso de IA, tempo reduzido e desenvolvimento de equipamentos fizeram o InCor, em São Paulo, conquistar o 12º lugar mundial. **PÁGINA 29**

...no Dia da Criança...  
**DOMINGOU!**

Queremos ser grandes



Fã do mesa-tenista Hugo Calderano, Henrique Tavares (foto) é uma das muitas crianças que buscam escolinhas com o sonho de brilhar como seus ídolos esportivos. **PÁGINA 40**

Segundo Caderninho

Um presente para o Dia das Crianças

Edição especial ensina a fazer um diário, mostra como se divertir com livros e jogos de detetive, dá dicas de como tratar bem dos pets e fala de bastidores de filme que é sucesso.



Investigação. Santiago Paranhos Barbalho e Alice Karam aprendem a agir como detetives





Economia



GUERRA COMERCIAL  
Trump ameaça China com Boeing  
Presidente dos EUA quer controlar exportações de peças de aeronaves



A vida nas ruas. Abayone, Fernanda, Hugo, Fábio e João Vitor (no alto); Wanessa, Sabrina, Bárbara e Eduardo (no meio); Wiliam e Melanie, Tiago, Melissa e Daniela (embaixo) na Casa Franciscana, no Centro do Rio, que oferece refeições

INVISÍVEIS

# FORA DO ALCANCE

## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA CRESCE, MESMO COM RECUO DA FOME E DO DESEMPREGO

CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@oglobo.com.br  
FOTOS DE  
MÁRCIA FOLETTO  
foletto@oglobo.com.br

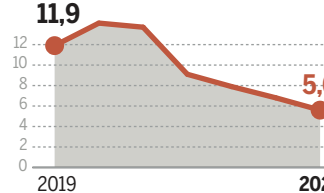
**A**bayone, Fernanda, Hugo, Fábio, João Vitor, Wanessa, Sabrina, Bárbara, Eduardo, Wiliam e Melanie, Tiago, Melissa e Daniela são os rostos que estampam o mosaico de fotos acima. Falta de emprego, de renda, de casa, convivência difícil com a família, dependência química. Esses são os principais fatores que levaram essas pessoas a ficarem em situação de rua. Como eles, há cada vez mais brasileiros nessa condição. Cerca de 350 mil inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), porta de entrada aos benefícios sociais do governo federal, vivem em situação de rua. Em 2019, eram 144.777, menos da metade. O aumento dessa população contrasta com o avanço de indicadores socioeconômicos no Brasil, muitos deles em seu melhor patamar histórico. Na sexta-feira, o IBGE divulgou que o número de brasileiros em insegurança alimentar grave (risco de fome) recuou em 2,2 milhões, para 6,4 milhões, menor patamar já registrado. Em julho, a ONU tirou o país do mapa da fome, ao constatar que menos de 2,5% da população brasileira corre risco de subnutrição. A miséria e a taxa de desemprego nunca foram tão baixas no país. O Bolsa Família, principal programa social do governo, alcança 20 milhões de famílias, um salto em relação às 13 milhões de 2019. Para o sociólogo Marco Na-

talino, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que estuda o fenômeno da população em situação de rua, não é só a economia que explica o aumento dos brasileiros nessa condição: — Temos um sistema de assistência social melhor do que no passado, mas o crescimento dos benefícios não foi acompanhado em outras frentes. O número de centros de apoio, abrigos e albergues não expandiu na mesma velocidade. Heitor Leonardo Silva, de 41 anos, está há um ano e meio sem endereço fixo. A dependência química o levou a se internar numa comunidade terapêutica, mas ele diz ter sofrido humilhações no local e resolveu sair de Belo Horizonte e vir para o Rio. Com ensino médio incompleto, foi ajudante de cozinha, servente, digitador e secretário antes de ir morar nas ruas: — Costumo ficar na (Praça da) Cruz Vermelha (Centro do Rio) e pego abordagem (funcionários da prefeitura que oferecem abrigo) todos os dias. **SEM REMOÇÃO FORÇADA** Há dificuldade para atender as múltiplas vulnerabilidades dessas pessoas, diz a economista Laura Muller Machado, coordenadora do Núcleo de População em Situação de Rua do Insper, que vem chamando a atenção para o paradoxo entre a melhora nos indicadores sociais e o número cada vez maior de brasileiros nas ruas: — É uma preocupação no mundo também. Ainda estamos frágeis nas respostas. Os dados do CadÚnico mostram o perfil dessa população: 84% são homens, 70%

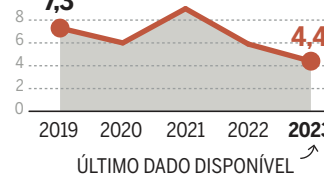
têm entre 30 e 59 anos, e 69% são pessoas negras. Mesmo com a concentração em 50 grandes cidades, que respondem por 70% de pessoas em situação de rua, a crise social se espalhou. Eram 1.215 municípios com registro de casos em 2015, número que subiu para 2.683 em 2024, segundo o Ministério dos Direitos Humanos, que coordena o programa Ruas Visíveis de políticas para essa população. Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que os governos estão proibidos de fazer remoção forçada dessa população. Os governos deveriam apresentar “diagnóstico pormenorizado da situação”, com o número de moradores de rua e de vagas em abrigos, além de um plano para implementar a política nacional de 2009. Também ficou proibida a arquitetura hostil, como pinos e pedras em calçadas e divisões nos bancos. Nesse contexto, nasceu o programa Ruas Visíveis. As ações visam atender pessoas como Marcelo Alves de Carvalho, de 57 anos. Ele tem problemas na coluna e dificuldade para caminhar. — Carreguei muito peso na vida — diz. Ele recebe um benefício do INSS e divide espaço na marquise com três amigos no Largo da Carioca, no Centro do Rio. É hipertenso e busca remédios na Clínica da Família, unidade municipal de saúde. — Às vezes, a chuva molha (os medicamentos), o cachorro leva. Já cheguei a perder os remédios do mês inteiro. Outro dia, alguém levou minha mochila com os documentos do INSS — conta.

Tendências contrárias

A taxa de desemprego caiu para 5,6% em julho, a menor desde 2012  
NO TRIMESTRE TERMINADO EM JULHO (EM %)



Parcela da população em pobreza extrema  
(QUEM VIVE COM MENOS DE US\$ 2,15 POR DIA, EM %)



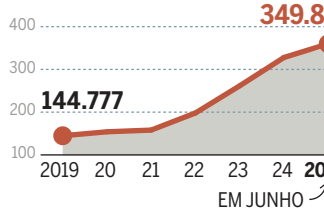
BRASIL SAIU DO MAPA DA FOME DA FAO/ONU  
(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA)

Parcela da população em risco de subnutrição (EM %)

Ano	Parcela da população (%)
2004/2006	5,7
2022/2024	2,5

O PAÍS SAIU DO MAPA QUANDO O PERCENTUAL É INFERIOR A 2,5%

MAS A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA VEM AUMENTANDO  
(EM DEZEMBRO DE CADA ANO)



FONTES: IBGE, FAO/ONU, CADASTRO ÚNICO

Carvalho diz não querer incomodar os filhos e mostra a foto da neta no celular, usado pelos companheiros de marquise para falar com os parentes. Percorre a cidade do Centro à Zona Sul, nos locais onde são oferecidas refeições, e prefere não ir para um abrigo. Maria Luiza Gama, diretora de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua do Ministério dos Direitos Humanos, avalia que a pandemia agravou a situação: — Na pandemia, muita gente perdeu emprego e ficou sem pagar aluguel. Houve rompimento de vínculos, principalmente na população LGBTQIA+, além do uso de substâncias. A política ideal é prevenção, acredita a diretora, integrando habitação, assistência social, trabalho e renda, saúde mental, acesso à cultura. Outra necessidade, segundo Maria Luiza, é ter um censo nacional. Hoje, usa-se o CadÚnico e há divergências nos números. No Rio, o último censo municipal, de 2022, listava 7.865 pessoas em situação de rua. Pelo CadÚnico, o Rio tem atualmente 22.450, a segunda maior população nessa condição, perdendo para São Paulo com 95.349. Pelo censo paulistano de 2021, eram 31.884. Está na programação do IBGE fazer um censo nacional dessa população, mas só deve ir a campo em 2028.

RECURSOS INSUFICIENTES

Natalino, do Ipea, harmonizou dados de censos municipais com o CadÚnico e estima que havia 281.472 pessoas em situação de rua em 2022. Em 2019, eram 204.660 no país.

Maria Luiza afirma que há dois conjuntos de políticas em curso. Uma, ainda um projeto piloto, é a moradia cidadã: — A moradia vira o centro do cuidado, que se vincula a redes de saúde, mas não é modalidade para todo o mundo. Outra é fazer uma primeira abordagem, consegue-se uma vaga de pernoite, atendimento médico, a pessoa é encaminhada para geração de renda e elegível para ter uma moradia. O orçamento do Ruas Visíveis é de R\$ 1 bilhão por ano. Valor insuficiente, na opinião de Natalino, mesmo com o alcance do Bolsa Família, programa de transferência de renda que é referência mundial: — Os centros pop (especializado em população em situação de rua), Creas (de assistência social) fazem um trabalho importante, mas não em número suficiente e não necessariamente com grande efetividade. E o recurso é muito pequeno. Joana Darc Bazílio da Cruz, presidente do Comitê Interseccional de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua e coordenadora nacional do movimento de população de rua, atribui o aumento de pessoas nessa condição à falta de orçamento público e à resistência de governos estaduais em adotar o Programa Ruas Visíveis: — Falta moradia digna que envolva saúde física e mental, educação, cultura, trabalho, convívio familiar e social. O que se vê é uma segregação social irreparável. A criminalização que é jogada nas costas das pessoas nessa situação fomenta a permanência nas ruas.



TER \_ Miriam Leitão \_ **QUA** \_ Zeina Latif \_ **QUI** \_ Miriam Leitão \_ **SEX** \_ Fabio Giambiagi (quinzenal) **SAB** \_ Tony Volpon \_ Ana Carla Abrão \_ Pedro Parente \_ Paulo Tafner (mensal) \_ **DOM** \_ Miriam Leitão

MÍRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao  
miriamleitao@oglobo.com.br  
Com Ana Carolina Diniz



Poder branco e masculino

Não é mais uma questão de reclamar representatividade. É de corrigir uma aberração. Todos os cogitados no primeiro momento para substituir o ministro Luís Roberto Barroso são homens brancos. Enfraquece a democracia alijar de um espaço de poder como este todos os que não sejam do grupo hegemônico. A aposentadoria precoce de Barroso escancara o pacto da masculinidade branca. Só falam deles mesmos, só eles são visíveis, como se o país não tivesse competentes juristas entre as mulheres e as pessoas negras.

Outro erro é a ideia de que o presidente Lula tem que escolher um amigo. Argumenta-se que o critério seria necessário porque a de-

mocracia ainda está em terreno instável e o STF é um poder sob ataque, tanto que alguns ministros enfrentam punições do governo americano. Essa conjuntura é real, mas não encomenda mais um “amigo” no tribunal, e sim uma pessoa com convicção democrática e formação institucional sólida.

O ministro Barroso é uma prova de que a amizade não é a condição para que a escolha seja acertada. A presidente Dilma não era amiga de Barroso. Certa vez, ele me contou que nem a conhecia, na verdade. Foi chamado para uma reunião no Palácio com a presidente e depois de longa conversa, em que nada lhe foi pedido, Barroso foi convidado pela presidente. Certamente, Dilma se informou sobre ele, suas qualidades, seu conhecimento jurídico, virtudes que ficaram comprovadas ao longo dos anos em que foi juiz da Suprema Corte.

Nos últimos anos o que se viu, de um lado e de outro do espectro político, foram escolhas com o critério da fidelidade ideológica ou da amizade. Os ministros Nunes Marques e André Mendonça são vistos como ministros “bolsonaristas”, e que sempre vão se aliar aos interesses da extrema direita. A ex-primeira-dama tratou a aprovação do nome de Mendonça no Senado como um ato religioso. Exibiu cenas em que fazia orações de joelhos como se houvesse ali uma batalha espiritual. O presidente Lula escolheu o

seu antigo advogado, Cristiano Zanin.

O fundamental seria que todos os três, Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin, ao longo dos anos e décadas que permanecerão no Supremo Tribunal Federal sejam capazes de demonstrar independência em relação a quem os indicou, compromisso apenas com a toga e lealdade apenas à Constituição. Foi o que fez o ex-ministro Joaquim Barbosa nomeado pelo presidente Lula e depois juiz relator do caso do Mensalão, no qual contrariou interesses do grupo político da autoridade que o indicou, para seguir as leis do país. A ministra Cármen Lúcia em sua brilhante carreira no STF tem comprovado autonomia nos julgamentos e apego aos valores republicanos.

O Brasil carrega as chagas de uma profunda desigualdade de gênero e raça. Os dados que o IBGE acaba de divulgar mostram mais uma vez as distâncias sociais impostas às mulheres e aos negros em relação aos homens brancos. Mulheres já são maioria entre as pessoas com curso superior e continuam recebendo salários 37,5% menores do que os homens. O mais expressivo sinal do preconceito é que elas sempre ganham me-

nos do que eles em todos os níveis educacionais, mas a diferença é maior no grupo que tem escolaridade superior. As mulheres são 77% dos que trabalham na educação, mas os homens recebem quase o dobro que elas. Os dados exibem disparidades ainda mais agudas de renda entre brancos e negros.

Não há justificativa possível para um STF com uma única mulher e nenhuma pessoa negra. A brilhante atuação da ex-ministra Rosa Weber, indicada pela presidente Dilma, também demonstrou que tinha todas as qualificações para o cargo. No momento de maior risco para a democracia brasileira, ela liderou a resistência institucional do Brasil na presidência do tribunal. Seu voto final sobre interrupção de gravidez até a 12ª semana é histórico. O tema é sensível e ela o enfrentou fazendo uma reflexão profunda sobre a cidadania política sempre limitada das mulheres. Disse que o assunto não deveria ser tratado de forma moral ou religiosa, dado que o Estado é laico, mas como parte do direito das mulheres à autodeterminação.

Não necessariamente pessoas de grupos discriminados têm aderência à defesa dos seus iguais. Há mulheres contra os direitos da mulher e há negros que ignoram a luta dos negros. Porém, a invisibilidade dos talentos que diferem do gênero e da cor dominantes mantém a iniquidade e apequena a democracia.

INVISÍVEIS

SUPERAÇÃO É POSSÍVEL PARA MARCELO E JOANA, A VIDA NA RUA FICOU NO PASSADO

CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@oglobo.com.br

Joana Darc Bazílio da Cruz, de 40 anos, e Marcelo Cristiano Soares Pessanha, de 49, conseguiram emprego, um teto e deixaram de viver nas ruas. Histórias de superação mostram que é possível se reintegrar, apesar de os especialistas apontarem o quão difícil é a reinserção social. E, quanto mais tempo em situação de rua, menores as chances de superar essa vulnerabilidade social. A maior parte, 36,4%, está nessa condição há até seis meses, mas 10% estão há mais de dez anos sem casa.

Conflitos familiares empurraram Marcelo para as ruas do Rio e para as drogas e o álcool. Ele saiu de casa pela primeira vez aos 16 anos, para morar com a avó quando a mãe morreu de câncer. No período em que ela esteve doente, ele começou a ficar mais tempo fora de casa com os amigos:

— Você ver a sua mãe definir numa cama não é fácil. Quando minha mãe faleceu, foi um estopim. Meus irmãos falavam que eu que matei, que eu era o bandido da família porque usava droga. Logo após ela morrer foi que comecei a usar droga. Antes disso, não.

Até perto dos 30 anos, ele foi mudando de endereço, às vezes ficando na casa dos irmãos, outras vezes conseguindo alugar alguma moradia. Trabalhou como pedreiro e garçom. Mas a de-

pendência química o impedia de manter empregos e casamentos. Teve quatro filhos nesse período. Após uma briga conjugal, começou a ficar na rua. Morou debaixo de um viaduto no Irajá, na Zona Norte do Rio, e frequentava um centro pop, que presta assistência a pessoas nessas condições, para tomar café e banho.

— É uma coisa engraçada. Quando você vai para a rua, tenta manter sua higiene, tenta se manter um pouco mais civilizado. Depois de um período que você passa a comer em lata, comer resto de comida, você não esquentar nem mais para banho. É horrível. Uma coisa que engana e que você vê uma naturalidade nisso. Entendeu? Eu reciclava para beber e usar droga. Nem pensava em comida.

‘SOMOS INVISÍVEIS’

Foi numa instituição religiosa de apoio a pessoas com problemas de alcoolismo que Marcelo começou a vencer a dependência. Percebeu que estava longe dos filhos. Ele lembra de quando dormia em frente ao Hospital Souza Aguiar, no Centro:

— Como é que você deita, em sua consciência, num chão cheio de poeira, com barata, com rato passando, e dorme? Só alcoolizado. Não tem como. A cachaça se torna um parceiro do dia a dia. Não é o que você queira beber, você tem que beber.

Marcelo passou a frequentar um albergue da prefeitura, no Centro, que revisitou com O GLOBO.



Visita. Marcelo Pessanha revê o albergue onde ficou antes de ter seu próprio teto



Criando os filhos. Joana Darc da Cruz e suas três meninas, Maria Clara, Ana Cecília, Aylla Manuela, e o menino Theo Gabriel

e ela engravidou novamente, mas foi separada do menino quando ele tinha 7 anos. Depois teve mais dois filhos.

— Fiquei capengando até que consegui pagar um aluguel e engravidei novamente. Foi quando fui incluída no Cadastro Único. Reformaram uma casa que era meu pai deixou para nós. Com suporte da moradia, pude mudar — conta Joana, que teve oito filhos, mas não pôde criar quatro deles.

Ela conta que a abordagem social que era feita pelo governo a encontrou na rua e explicou os seus direitos. Foi acompanhada por profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

CRIANDO OS FILHOS

Hoje, Joana é agente facilitadora da Fundação Oswaldo Cruz e também coordenadora do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). E está conseguindo criar as meninas Maria Clara, de 8 anos, Ana Cecília, de 6, Aylla Manuela, de 3, e o menino Theo Gabriel, de 1 ano.

— Não pude criar os meus primeiros filhos, agora estou podendo criar os mais novos — diz Joana. — Foi muito difícil, tive acompanhamento psicológico, crises de síndrome de pânico. Já não queria ficar ali (na rua), não era a única opção. A gravidez foi um impulso.

Ali, teve um lugar para morar por nove meses, prazo máximo para a moradia temporária. Conseguiu um emprego como garçom e alugou um apartamento. É acompanhado pela assistente social Jaqueline Medeiros nesse processo de reintegração.

— Quando eu entro em alguns lugares que frequentava quando estava na rua, as pessoas não me reconhecem. Somos invisíveis — ele diz.

Joana viveu em situação

de rua por dez anos, em Brasília. Perto dos 12 anos, quando perdeu a mãe, assasinada a facadas num bar, a convivência difícil com a irmã e a revolta pela morte da mãe a fizeram sair de casa pela primeira vez. O pai também já tinha falecido:

— Voltei para casa quando tinha 15 anos para depois ficar no acolhimento (nos centros para passar o pernoite).

Foi nessa época que Joana engravidou do primeiro filho. A criança foi morar com o pai

Como é que você deita em sua consciência num chão cheio de poeira, com barata, com rato passando e dorme? Só alcoolizado.

Marcelo Cristiano Soares Pessanha, garçom, de 49 anos, que ficou em situação de rua e hoje está empregado e conseguiu alugar um apartamento



CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@oglobo.com.br  
FOTOS  
MÁRCIA FOLETTO  
foletto@oglobo.com.br

INVISÍVEIS

# POR QUE A RUA VIRA CASA? BRIGA FAMILIAR, DESEMPREGO E DEPENDÊNCIA EXPLICAM

Em que momento viver em situação de rua vira uma realidade? Por quais motivos 350 mil brasileiros estão nesta condição? Conflitos familiares, desemprego, falta de moradia e alcoolismo ou drogas respondem por 90% das citações entre os inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) do governo que estão em situação de rua.

— Rico quando tem conflito familiar, se muda, o pobre vai para a rua — explica Laura Muller Machado, professora do Insuper. — O importante é agir logo quando as pessoas vão para a situação de rua.

## LENILSON FERREIRA DE AZEVEDO E ROSINEIDE DE AZEVEDO

### Sem conseguir pagar aluguel, casal passou a dormir na Praça XV

Lenilson Ferreira e sua esposa, Rosineide Ferreira, dormem muitas noites na Praça XV, no Centro do Rio. Às vezes ficam na casa de uma irmã dele no Catete, na Zona Sul. Estão nessa situação há quatro meses. Ele está desempregado, não conseguiu pagar o aluguel do apartamento onde o casal morava em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, durante quatro meses e foi obrigado a sair. Eles tiveram que deixar a geladeira e outros eletrodomésticos como pagamento da dívida.

O casal escolheu a Praça XV, evitando os abrigos, por ser o ponto onde Lenilson trabalha como ambulante vendendo roupas, calçados e outros produtos. Sentem-se mais seguros num lugar conhecido. — Nos abrigos, tem brigas, somem com as nossas coisas — diz Lenilson. Eles estão casados há 26 anos e têm três filhos adultos, mas preferem não pedir ajuda. Chegaram a ter um imóvel no programa Minha Casa, Minha Vida, também em Nova Iguaçu, mas con-

muito oneroso, respondendo por mais de 30% do orçamento das famílias com rendas domiciliar de até três salários mínimos, ou R\$ 4.554. As estatísticas mostram que o aluguel excessivo tem respondido cada vez mais por parcela importante do déficit habitacional no país. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, que calcula esse

indicador, 61,3% do déficit no país em 2023, último dado disponível, eram explicados pelo ônus excessivo do aluguel. São 3,66 milhões de domicílios nesta situação. Em 2016, o peso do aluguel era de 49,7%.

**COBERTURA INSUFICIENTE**  
A cobertura dos programas de transferência de renda

ainda não alcança parte dessa população em situação de rua. Em 2024, 85% deste público incluído no Cadastro Único recebiam Bolsa Família, deixando fora do programa mais de 44 mil pessoas. No Benefício de Prestação Continuada (BPC), de um salário mínimo, oferecido a idosos e pessoas com deficiência de bai-

xa renda, a lacuna é ainda maior: somente 32% dos que eram elegíveis a receber o recurso estavam inseridos no programa. A dependência química de álcool e drogas é a terceira causa mais citada pelas pessoas em situação de rua. Por não ser a causa mais apontada nos registros do CadÚnico, Joana Darc Bazílio da Cruz, coordenadora do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, reclama que há uma concentração de investimentos em comunidades terapêuticas: — Os governantes e prefeitos, secretários de assistência social têm que entender melhor a população em situação de rua, qualquer construção política passa por ouvi-los.



Sem casa. Lenilson e Rosineide perderam também a geladeira e outros itens

Outra iniciativa é o Moradia Cidadã, com 200 imóveis no projeto piloto. Cinquenta são destinados ao Rio, 100 para Belo Horizonte e 50 para o Distrito Federal. Políticas com este modelo têm sido apontadas como uma das estratégias mais eficientes das cidades para reintegrar a população em situação de rua. A pessoa ou família recebe uma casa de imediato, juntamente com apoio social e médico. Assim, consegue ajuda para encontrar um trabalho e os benefícios sociais a que tem direito. São Paulo vem desenvolvendo o programa Vila Reencontro, de moradias transitórias, com 550 módulos com capacidade para atender cerca de 2 mil pessoas, por 24 meses.

## MATEUS AZEREDO SANTOS PAULO

### Uso abusivo de álcool e drogas foi a causa do afastamento da família

Mateus Azeredo Santos Paulo, de 32 anos, está há cinco em situação de rua. Já trabalhou como peão de obra, como carregador e hoje ajuda os camelôs do Largo da Carioca, no Centro do Rio, a montar e guardar suas barracas. É ali, no Largo da Carioca, que ele montou um acampamento improvisado com mais dois colegas e um cachorro, o Beethoven. Dois fatores o levaram a morar na rua, ele diz. Foram conflitos familiares e o consumo abusivo de álcool. As causas se so-

brepõem. Ele é casado há sete anos e a mulher mora na favela Pavão Pavãozinho, em Copacabana, na Zona Sul do Rio. — Comecei a beber quando tinha 14 anos, meu tio morreu de cirrose. Sou alcoólatra — definiu-se. Com isso, não consegue viver na casa da mãe, que o impede de beber enquanto está por lá, nem na da companheira, pois as brigas acontecem depois de começarem a beber: — Um dia, estava dormindo na marquise da banca e minha mãe chegou com



Atendimento. Mateus Santos Paulo é acompanhado por uma equipe do Consultório na Rua

minha irmã e minha sobrinha. “É pra viver assim que você saiu de casa?”, ela perguntou ao me ver. Se eu pudesse, voltava no tempo. Ele já fez vários tratamen-

tos para tentar superar a dependência química e agora faz acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial (Caps). Ele também recebe Bolsa Família.

Mateus não gosta de ir para os centros de recolhimento à noite. Diz que está sempre cheio, com pessoas doentes. No seu acampamento na rua, tem um fogão

improvisado, uma panela de pressão e alguns vasos com ervas para tempero. Na cidade do Rio, atualmente, há 15 equipes do Consultório na Rua que percorrem a cidade. Cada uma tem em torno de oito profissionais. A meta da Secretaria Municipal de Saúde é chegar a ter 20 equipes. São 14 mil pessoas cadastradas no serviço da prefeitura. O programa Seguir em Frente, da Prefeitura, reúne as 15 equipes do Consultório na Rua, pontos de apoio na rua, albergues e centros de acolhimento e de atenção psicossocial (Caps). O objetivo é dar tratamento de saúde mental e ajudar na volta ao mercado de trabalho. No país, há 290 equipes de Consultório na Rua e a meta é chegar a 400 em 2027.

## ÉRICA APARECIDA SILVA AUGUSTO

### Desentendimentos com familiares a fizeram sair de casa aos 15 anos

Érica Aparecida Silva Augusto, de 45 anos, está em situação de rua há três décadas. Diz que foi “procurar na rua o que não achou em casa”. Aos 15 anos, teve desentendimentos com a irmã e saiu de casa. Hoje, após tantos anos nessa situação, é chamada de governadora Érica. Bem articulada, é uma espécie de liderança entre a população em situação de rua no Centro do Rio. Foram várias idas e vindas nesses 30 anos entre o acampamento na rua e lo-

cais de moradia. — Cheguei a ficar numa ocupação no Centro, mas ela acabou na pandemia. Érica dorme no Campo de Santana. Toma café em uma das distribuições que são feitas pela cidade e depois vai para a Biblioteca Parque, na Presidente Vargas, no Centro do Rio, para ler. Atualmente, está se dedicando ao livro “1961: Brasil entre a ditadura e a guerra civil”: — É uma forma de sair dessa realidade cruel. Com ensino médio com-



Leitura. Érica Augusto frequenta biblioteca pública: ‘Forma de sair dessa realidade’

pleto, trabalha com reciclagem e ajudando a carregar barracas de ambulantes na Pedra do Sal, na Zona Portuária do Rio, onde se concentram bares

com rodas de samba. Os documentos ela guarda no centro pop do Centro do Rio e aproveita as carretas de voluntários que oferecem almoço e jantar pelas

ruas. Assim como outras pessoas nas ruas, Érica rejeita o abrigo nos centros de acolhimento. Diz que há fixação de horário para entrar, às 18h, e isso a impe-

diria de trabalhar. Como o movimento na Pedra do Sal só termina de madrugada, não conseguiria permissão para ingressar nos abrigos. Segundo o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, há 258 Centros de Referência Especializado em População em Situação de Rua no país, mas somente 228 municípios têm o serviço. A Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro informou que foram abertas 250 vagas de acolhimento permanentes e 160 temporárias neste ano. Nos primeiros sete meses de 2025, o número de acolhimentos cresceu 269% em relação ao mesmo período de 2024: foram 33.279 contra 12.366, segundo a secretaria.



**Festival do Rio:** Mostra de cinema premia ‘Pequenas criaturas’ como melhor longa de ficção e o documentário ‘Apolo’

SEGUNDO CADERNO

**Drama familiar.**  
Cena de “Pequenas criaturas”, de Anne Pinheiro Guimarães

# O GLOBO 100



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 2025 ANO CI - Nº 33.670 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ • R\$ 7,00

GUERRA DE GAZA

## Cúpula no Egito abre caminho à nova fase do plano de paz

Libertação do último grupo de reféns israelenses em troca de prisioneiros palestinos dá seguimento a proposta de Trump, que viajou para a região



Tel Aviv. Na capital israelense, multidões aguardam em ruas e praças pela libertação dos últimos reféns presos pelo Hamas desde os atos terroristas de 7 de outubro de 2023

Está agendada para hoje pela manhã no Oriente Médio (madrugada no Brasil) a libertação dos últimos 20 reféns israelenses ainda sob posse do Hamas e, à noite, o início da devolução dos restos mortais de outros 28 que morreram em cativeiros de Gaza. No acordo proposto por Donald Trump e aceito por ambas as partes, a libertação pelo lado do Hamas

será seguida da soltura de quase 2.000 palestinos presos por Israel. À noite, uma cúpula de líderes internacionais, entre eles Trump, será realizada no Egito para formalizar o fim da guerra. A partir daí terá início uma negociação ainda mais difícil que vai definir o futuro de Gaza e pode ter profundas implicações na região. O governo Netanyahu já disse que não

vai aceitar que o Hamas mantenha armamentos, mas integrantes do grupo terrorista avisam que ele não vai se desarmar totalmente. O próprio Trump fará uma escala hoje em Israel antes da reunião no Egito. Ontem, ao embarcar para o Oriente Médio, o presidente americano disse: “A guerra terminou. Vai ser um momento muito especial.” **PÁGINA 26**

SEGUNDO CADERNO

## Círio de Nazaré e da diversidade

Com atrações que vão de procissão católica a shows de artistas como Gaby Amarantos e Liniker, festa que reuniu 2,5 milhões de pessoas nas ruas de Belém do Pará cresce e ultrapassa fronteiras da fé, da política e da cultura: “O evento não tem dono, é do povo”, diz produtor cultural.



Riscos. Delmiro Oliveira está na rua há um ano

## Entre a solidariedade e a violência

De um lado quem quer ajudar, do outro criminosos que põem vidas em risco. Voluntários de profissões variadas dedicam parte de seu tempo para ajudar pessoas em situação de rua no Brasil. Enquanto isso, os registros de agressão contra a população desassistida só aumentam desde a pandemia. **PÁGINAS 15 e 18**

ENTREVISTA/MARÍA CORINA MACHADO NOBEL DA PAZ

## ‘Prêmio reafirma que comunidade internacional nos apoia’

Vencedora do Nobel da Paz, líder da oposição venezuelana diz que governo de Nicolás Maduro tem sido mais repressivo e violento e que reconhecimento revigora sua luta contra o chavismo. Ela também afirma que ainda vai se manter escondida. **PÁGINA 27**

DEMÉTRIO MAGNOLI

Os manés vão para a Papuda, os ‘homens bons’ para mansões **PÁGINA 3**

PRETO ZEZÉ

As favelas começaram a falar por si mesmas. E são reconhecidas **PÁGINA 3**

ANTÔNIO GOIS

Brasil é o pior em pesquisa sobre indisciplina de estudantes **PÁGINA 10**

JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS

Adressar, draivar e o efeito dos neologismos no cronista **SEGUNDO CADERNO**

## Busca por beleza faz crescer cursos de Odontologia

Crescimento de 82% no número de alunos em uma década faz com que Conselho avalie criar prova nos moldes da aplicada pela OAB. Dentistas podem realizar procedimentos como preenchimentos faciais e botox. **PÁGINA 10**

## Anistia, emendas, regulação de bets e redes: o que pensam os cotados ao STF

Vistos como favoritos para suceder Luís Roberto Barroso no STF, Jorge Messias, Rodrigo Pacheco e Bruno Dantas já se posicionaram publicamente sobre vários dos temas que podem encontrar na Corte. **PÁGINA 4**

## ‘Não queremos, mas não tememos’, diz China sobre guerra comercial com EUA

Após ameaça de Donald Trump de aumentar ainda mais as tarifas de importação de produtos chineses, governo de Xi Jinping promete “medidas firmes para proteger seus direitos e interesses”. **PÁGINA 16**

## Crianças brasileiras preferem vídeos curtos a desenhos e filmes

Levantamento mostra que os mais jovens passam maior parte do tempo em plataformas como YouTube e TikTok. **PÁGINA 12**

## Queixas sobre proliferação de mosquitos têm crescido no Rio

O *Aedes aegypti* (foto) é uma das ameaças aos moradores. **PÁGINA 19**





Economia



PRÓXIMOS PASSOS  
Embraer vê espaço para competição  
Para CEO, pode haver '3 ou 4' empresas em setor dominado por Boeing e Airbus



PARA  
ACESSAR  
APONTE  
O CELULAR  
PARA  
O QR CODE



Há 11 anos.  
Lorena atende  
Antônio Diniz,  
no Centro

INVISÍVEIS

# NA LINHA DE FRENTE

## PROFISSIONAIS E VOLUNTÁRIOS QUE DÃO A MÃO A QUEM PRECISA

CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@oglobo.com.br  
FOTOS  
MÁRCIA FOLETTO  
foletto@oglobo.com.br

Um pelotão de brasileiros está na linha de frente no atendimento médico, na assistência social e na preparação de refeições para pessoas em situação de rua. Lorena Sampaio é médica. Faz parte de uma das 15 equipes do Consultório na Rua no Rio de Janeiro, que percorre a cidade prestando assistência. São 120 profissionais de saúde em média nessa atenção primária na cidade. No Brasil, são 290 equipes, com cerca de 2.300 pessoas. Numa das visitas na Cinelândia foi recebida com um abraço e o cumprimento: “chegou minha doutora”, dito por Michael Virgílio de Araújo que sofre com glaucoma.

—O Consultório na Rua é a ponta da ponta do atendimento de saúde. A história que mais me marcou aconteceu no Recife, quando ainda era estudante. Encontrei uma paciente psiquiátrica, gestante. Depois que saí do estágio, tive muita curiosidade de saber mais notícias dela. Sabia que estava em situação de rua. No estágio seguinte, estava num hospital psiquiátrico e a reencontrei. Estava em mutismo e sequer sabia que tinha sido mãe recentemente — conta Lorena.

Ela diz que o episódio a deixou com várias interrogações de como essa mulher poderia ter sido mais bem atendida se tivesse um profissional olhando o território onde ela ficava, fizesse busca ativa para garantir o cuidado pós-parto.

— Eu percebo como a gente faz diferença no setor de saúde, pelo vínculo que se cria, fazemos pré-natal na rua, exames. É uma alegria chegar e já ver alguns rostos conhecidos, que te abraçam, te tratam com muito carinho.

A equipe conta com uma rede de apoio. Jornalheiros, atendentes de bares e restaurantes guardam os remédios de uso contínuo e tomam conta.

MAIS VAGAS EM ABRIGOS

O subsecretário municipal de Atenção Primária do Rio, Renato Cony, diz que a meta é chegar a 20 equipes, compostas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agentes sociais e psicólogo.

— Esse território (Centro e arredores) tem nove clínicas da família, as redes de emergência e os CAPS (Centros de atenção psicossocial). Trabalhamos com as unidades básicas de saúde, para dar apoio a casos mais complexos e (com o objetivo de) que eles se responsabilizem com a gente nesse cuidado.

A secretária de Atenção Primária à Saúde, Ana Luíza Caldas, do Ministério da Saúde, diz que a meta é alcançar 400 equipes no país até 2027. Atualmente, são 290 em 195 municípios. São transferidos R\$ 36 mil por mês para manter cada equipe. Com aporte do estado chega a R\$ 44 mil:

— O papel da equipe é fazer uma busca ativa, em vez de aguardar que (as pessoas) procurem o serviço. É uma população marginalizada e negligenciada — diz Ana Luíza.

Talita Reis é assistente social da Prefeitura do Rio no Albergue Herbert de Souza



Cozinha solidária. Maria de Fátima Pereira, cozinheira, prepara mais de 200 quentinhas por dia para distribuir na Lapa

— Betinho, no Centro da cidade. Ela ajuda a conseguir emprego, prepara o currículo, oferece roupas para eles se apresentarem nas entrevistas e encontrarem uma vaga. Ela conta como as pessoas se emocionam ao saber que conseguiram um posto.

— Quando a gente vê que alguém consegue, esse um vai mudar mais um e esse um vai mudar mais um e, aos pouquinhos, a gente vai criando algo construtivo e permanente. Porque não adianta a gente mudar e daqui a pouco ele voltar para o sistema de novo.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, a principal política hoje é aumentar o número de acolhimentos, a porta de entrada para o atendimento social.

— Em maio deste ano, aumentamos em 250 vagas o

quadro permanente (nos abrigos da cidade do Rio) e criamos 160 temporárias. A maior tarefa é o convencimento que a rua não é a melhor opção. Ao ingressar nos nossos abrigos, há um atendimento multidisciplinar — afirma Marta Rocha, secretária municipal de Assistência Social.

**VOLUNTARIADO**

Ela diz que o município está participando do programa Ruas Visíveis do governo federal e da Moradia Cidadã.

— O plano de trabalho já foi aprovado, com possibilidade de beneficiar 50 famílias nesse projeto Moradia Cidadã. Não é só entregar casa mobiliada. A pessoa vai ter acompanhamento da assistência social para que possa se fortalecer, buscar um emprego.

Segundo a secretária, há tra-

tativas com a Secretaria Municipal de Habitação do Rio, para participação nos projetos do Minha Casa, Minha Vida.

No Brasil, há 1.088 centros de acolhimento, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com capacidade para atender 80 mil pessoas para uma população em situação de rua inscrita no Cadastro Único de cerca de 350 mil. Flexibilizar os critérios de entrada nos centros de acolhimento é uma das medidas que o ministério recomenda.

— Tem que pegar ficha, distribuída às 18 horas, mas coleta de material reciclado é feita à noite, com festividades que vão até altas horas, e aí não se consegue entrar no abrigo. Um ponto fundamental na política é ter baixa exigência. Em muitos municípios, há vários

critérios impeditivos de acesso ao abrigo. Estar embriagado, não ter documentação. Estamos orientando para os critérios serem mais compatíveis com a realidade — diz Regis Spindola, diretor de proteção social especial do Ministério do Desenvolvimento Social.

O atendimento à população em situação de rua conta ainda com voluntários. Pessoas e organizações distribuem café da manhã, almoço, lanches e jantar em vários pontos da cidade. Fátima Maria Pereira é uma delas. É cozinheira e sai às cerca de 4h de São Gonçalo para chegar às 6h40 no Centro do Rio e preparar mais de 200 refeições entregues duas vezes por semana na Lapa. Ela é uma das fundadoras da cozinha solidária do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) na cidade.

— Há 11 anos, em uma ocupação em São Gonçalo, via gente com fome. Junto com umas vizinhas, fizemos um carrão com salsicha para distribuir. Tenho orgulho, mas é uma luta que não termina.

Thaysa Gomes de Almeida é coordenadora da Casa Franciscana, que fica nas imediações da Central do Brasil e distribui mais de 350 refeições por dia. Ela diz que a demanda é o dobro. As pessoas começam a chegar para pegar a ficha do almoço perto de 8h e a refeição é servida num refeitório perto de meio-dia.

— É uma população que não está acostumada a ser vista. Há pessoas que fazem parte da terceira geração em situação de rua, nunca viveram em casas.

**VIOLÊNCIA CRESCE CONTRA A POPULAÇÃO, NA PÁGINA 18**



INVISÍVEIS

# O RISCO NAS RUAS REGISTROS DE VIOLÊNCIA AUMENTAM DESDE A PANDEMIA

**Vulnerável.** Delmiro Dias, 63 anos, no Centro: mais exposto à violência por estar na rua. Está assim há um ano

CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@oglobo.com.br  
FOTOS  
MÁRCIA FOLETTO  
foletto@oglobo.com.br

A violência e a discriminação contra a população em situação de rua é uma realidade. Foram 6.381 mil ocorrências no ano passado, das quais 92% envolvendo violência física. Houve uma redução expressiva em 2020, ano do isolamento social por causa da Covid-19, mas os registros voltaram a subir sistematicamente desde então, apesar de ainda estarem atrás do pico de 2019, de acordo com o ObservaDH, do Ministério de Direitos Humanos, com base no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

Esses registros incluem, além da violência física, a psicológica, sexual, tortura, roubo, entre outras. Chama atenção a autoria dos casos: 199 foram cometidos por policiais, agentes da lei ou correlato.

Entre as vítimas de violência, as mulheres sofrem proporcionalmente mais, segundo o ObservaDH. Elas correspondem a 26% das pessoas em situação de rua, mas são 39% das vítimas, principalmente de agressão sexual e psicológica. A violência contra negros também é maior: 73% dos casos.

— Um fator que dificulta que as pessoas saiam da rua é o discurso aporofóbico (discriminação e preconceito contra pobres), não se consegue criar oportunidade — diz Regis Spíndola, diretor de Proteção Social especial do Ministério de Desenvolvimento Social.

Essa discriminação aparece até em falas de governantes, como a do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que comparou a população em situação de rua a carro enguiçado que deve ser guinchado. Ministério Público e Defensorias denunciam abrigos sujos, distantes, com restrição de horários e em pouca quantidade, o que dificulta o atendimento das cerca de 350 mil pessoas em situação de rua no país, de acordo com o Cadastro Único (CadÚnico)



**Agressão.** Jacqueline Potinelly Pereira saiu da situação de rua. Sofreu violência e transfobia

do governo federal. Joana Darc Bazílio da Cruz, presidente do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (Ciamp-Rua Nacional) e coordenadora nacional do movimento de população de rua, ressalta que a discriminação impede até a abertura de centros de recolhimento: — A sociedade não aceita, pressiona quando se abrem casas de acolhimento na vizinhança. Tem todo esse preconceito, que faz segregar ainda mais.

MAIS VULNERÁVEIS

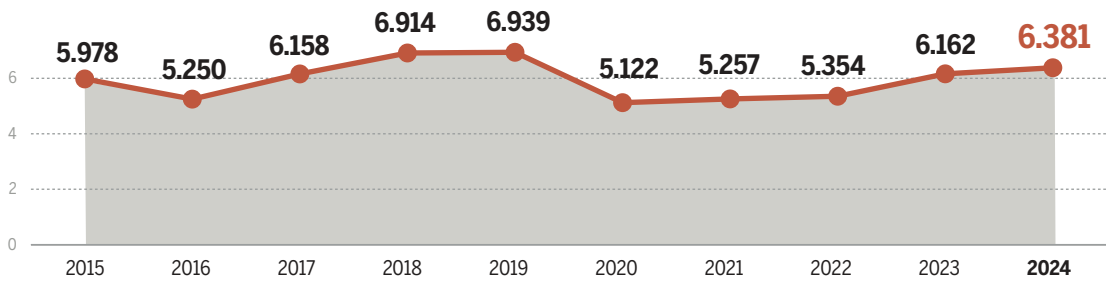
Jacqueline Potinelly Pereira, de 40 anos, conseguiu sair da condição de rua. Trabalha numa feira no Leme (Zona Sul do Rio) no fim de semana, faz reciclagem e recebe Bolsa Família. Com isso, pôde alugar uma quitinete no Pavão Pavãozinho, comunidade da Zona Sul do Rio. Ela conta que já sofreu racismo, transfobia, foi assediada e chegou a ser agredida com um soco.

— Fui assediada e denunciei e levei um soco. Perdi um dente.

Foi o crack que a levou a viver em situação de rua. Tinha emprego fixo, mas aca-

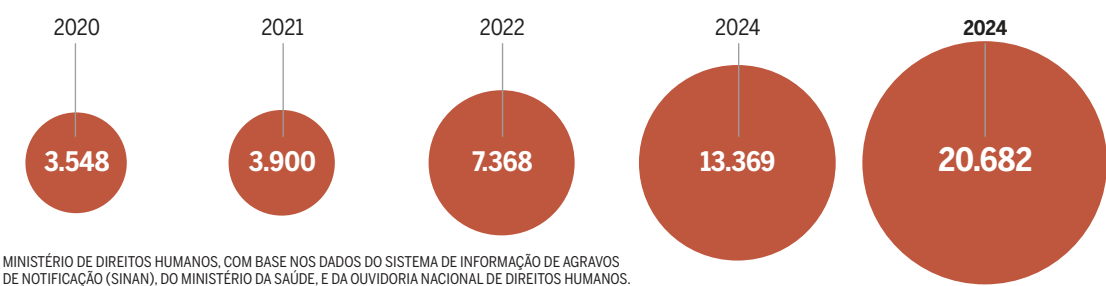
Os números da violência

ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE



NÚMERO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

CONSIDERANDO CASOS DE: NEGLIGÊNCIA, EXPOSIÇÃO DE RISCO À SAÚDE, TORTURA PSICOLÓGICA, MAUS TRATOS, CONSTRANGIMENTO, EXPOSIÇÃO, ABANDONO



MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS, COM BASE NOS DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN), DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E DA OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.

bou largando tudo e ficando nas áreas de uso de drogas na Avenida Brasil.

— Larguei o crack e não bebo mais. Agora, estou buscando comprar geladeira e fogão para minha casa.

Pelos dados do Ministério dos Direitos Humanos, 5% das vítimas são transexuais. Maria Luiza Gama, diretora de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua do ministério, afirma que a prioridade é tirar crianças, adolescentes, idosos e população LGBTQIA +

das ruas, por serem as mais vulneráveis.

A defensora pública Cristiane Xavier, subcoordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Rio enfatiza que os crimes contra essa população mal são investigados:

— Essas pessoas são maltratadas, até mortas, e sequer tem apuração dos crimes. É difícil ter provas, as imagens das câmeras de vídeo nunca chegam. Conseguimos imagens com particulares.

Outro foco preocupante

são as violações de direitos humanos, como negligência, exposição de risco à saúde, tortura psicológica, maus tratos, constrangimento, exposição e abandono. Foram 13.369 casos em 2023, subindo para 20.682 no ano passado, conforme denúncias feitas na ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos.

Segundo Cristiane, há uma segregação contra essa parcela da população e algumas pessoas são retiradas à força, com casos de importunação de madrugada:

— Há um quê de crueldade quando não há ninguém vigiando, sendo testemunha.

Segundo ela, a Assistência Social Municipal do Rio está defasada na digitalização, o que torna o serviço mais lento. Não há rede integrada para saber onde há vagas para acolhimento, por exemplo, diz.

O Ministério Público Federal (MPF) reiterou ação civil pública movida, em conjunto com as Defensorias Públicas do Estado do Rio de Janeiro e da União, contra o município do Rio e a União, denunciando a omissão da prefeitura na implementação de políticas públicas para a população em situação de rua.

— É claramente insuficiente, é uma política muito localizada na assistência social e no braço repressivo, que é a guarda municipal, influenciando na má qualidade da política. É necessário aumentar os equipamentos e a transversalidade da atuação — diz o procurador federal, Júlio Araújo, um dos que assinam a ação.

MAIS POLOS DE ABORDAGEM

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), consultada, diz que as abordagens sociais são realizadas 24 horas por dia, sete dias por semana e que em 2025 foram criados dez Polos de Abordagem Social. “A Coordenadoria de Ações Territoriais Integradas (Cati), da Seop (Secretaria de Ordem Pública), acompanha o trabalho dos assistentes e realiza apenas o ordenamento de acordo com o Código de Posturas Municipal. Vale destacar que comida, roupas, remédios e documentos nunca são levados”, diz a secretaria.

O órgão diz que aumentou as vagas dos centros de acolhimento e que a cidade “conta com mais de 50 cozinhas comunitárias, que servem, diariamente, 280 refeições”. Afirma ainda que os abrigos seguem as normas do Sistema Único de Assistência Social e passam por reformas para melhoria contínua. Nos espaços, como Unidades de Reinserção Social e albergues, são oferecidos cama, alimentação, higiene, guarda-volumes e apoio para inserção no mercado de trabalho.



INVISÍVEIS



MÁRCIAFOLETTTO

# POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA CRESCE NO MUNDO NA EUROPA, ESTIMATIVA É DE 895 MIL PESSOAS SEM TETO

CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@oglobo.com.br

O aumento da população em situação de rua não é um fenômeno que acontece só no Brasil. Os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, nações da União Europeia e Austrália têm visto a população sem teto aumentar, mesmo antes da pandemia, dizem especialistas.

Laura Muller Machado, professora do Insper e coordenadora do Núcleo de População em Situação de Rua da instituição, diz que a questão social está mobilizando a Comunidade Europeia. Na Alemanha, segundo Laura, de 2012 a 2017, houve aumento de 150% na população nessa situação, na Áustria (de 21%), Irlanda (203% entre 2014 e 2018), Inglaterra (162% de 2010 a 2018), Holanda (71,3% de 2009 a 2016), Bélgica (30% entre 2002 e 2012):

— Dos países que participaram do painel, houve melhora somente na Finlândia. Acontece como no Brasil, onde a população em situação de rua está concentrada em regiões mais ricas. Em Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, a taxa por mil habitantes é de 1,2. Em estados como Pernambuco, Rondônia e Paraíba, é de 0,5 por mil.

Lá fora, há uma percepção equivocada sobre as causas para situação de rua, de acordo com estudo feito por Machado e mais dois pesquisadores do Insper, Laura Almeida Ramos Abreu e Ricar-



ERIC THAYER/BLOOMBERG/20-5-2025

Nos Estados Unidos. Abrigos improvisados em uma calçada em Los Angeles, Califórnia. No país, há 6 pessoas em situação de rua para cada mil habitantes

do Paes de Barros. Na Austrália, “91% da população em geral afirma que o vício em drogas é o principal motivo pelo qual as pessoas estão em situação de rua. Em contraste, quando você pergunta a pessoas que estão ou já estiveram em situação de rua, apenas 10% dizem que o uso de drogas é o motivo pelo qual se tornaram sem-teto”.

**84,5 MIL NA ALEMANHA**

A Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com Pessoas em Situação de Rua estima que, em 2022, pelo menos 895 mil pessoas ainda viviam sem teto na Europa.

Segundo a pesquisa da federação, na Alemanha, que fez seu primeiro censo nacional de população de rua em 2022, foram encontradas 84,5 mil pessoas nessa situação. Na Espanha, são 28,5 mil, aumento de 24% em relação a 2012.

Segundo Laura Machado, a resposta das políticas públicas ainda é frágil e está se testando o que funciona ou não para atender a essa população crescente.

Há abusos físicos, sexuais, num fenômeno grave e complexo, diz Laura, que alerta que a questão não será resolvida com uma intervenção pontual:

— A pessoa precisa de um atendimento especializado, humanizado, que ajude um plano de vida. A estrutura de rede social precisa ter entendimento dos fenômenos que aconteceram, para dar tratamento a essas sequelas vividas ou praticadas.

Nos EUA, a taxa chega a 6 pessoas sem teto por mil habitantes, bem mais alta que a média do Brasil, de 1,2 por mil, segundo Laura Machado. Nos últimos anos, de acordo com Marco Natalino, sociólogo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o custo do aluguel ficou muito alto no país, levando as pessoas a vive-

rem em situação de rua:

— Na Europa está aumentando também, acho que há efeitos de rebote da pandemia, na saúde mental das pessoas. Lá essa questão do aluguel não parece ser fator principal.

Uma das medidas que estão sendo tomadas no Brasil seguindo exemplo de políticas adotadas lá fora é o *house first* adotado nos Estados Unidos. Aqui, o Moradia Cidadã, do governo federal, começa a ser implantado em projeto-piloto. A ideia é dar logo a casa, com acompanhamento médico, de assistente social, para reinserção no mercado de trabalho.

São 200 casas neste primeiro momento.

No Brasil, as causas também mudam conforme a região do país, segundo Regis Spíndola, diretor de Proteção Social especial do Ministério do Desenvolvimento Social. Em municípios pequenos, a pessoa tem uma vinculação com a cidade, está na rua por algum problema de saúde mental.

Existem as áreas de passagem, o que pode ser sazonal, com a economia vinculada a uma questão agrícola, como colheita de café no Sul de Minas. A população em situação de rua tende a migrar para aproveitar a oportunidade de trabalho.

Há algumas situações específicas, como Boa Vista, no Acre, e em Roraima, com a imigração, que acentua a situação de rua, na divisa com a Venezuela.

— São leituras mais específicas, situação de renda que está associada a outros fatores — diz Spíndola.

**‘FOI A DEPRESSÃO’**

No contexto brasileiro, foi a depressão que empurrou Márcio Campos, de 38 anos, para situação de rua. A morte recente da irmã e casamentos desfeitos foram os fatores que desencadearam o transtorno mental. Ficou quatro meses nessa situação:

— Eu me perdi por isso, não foi droga, foi depressão. Foram as dores. O ser humano, ele não grita, eu não gritei, eu não gritei quando eu estava mal. É o que hoje eu vim dizer para os meus filhos (são três): “fala comigo se acontecer alguma coisa, conversa comigo”.

Campos, que tem ensino superior completo e fala inglês, está hoje no Albergue Herbert de Souza -Betinho, da Prefeitura do Rio, no Centro. Depois de ter conseguido um emprego como educador social na Secretaria de Assistência Social do município e trabalhar como segurança à noite, Campos está em vias de conseguir seu lugar para morar.

Ele conta que estava na Praça da Bandeira, com o cabelo grande e sujo de poeira branca depois de ter descarregado um caminhão de material de construção, quando foi abordado pela assistência social:

— Eu estava todo sujo de gesso, horrível, com cabelo, magro, mas aqueles caras lá acreditaram em mim. Eles viram minha orelha (característica típica de lutador de jiu-jitsu, Campos é faixa preta). E eu fui grosso com eles, porque eu não tinha mais nada a perder. Eu já estava cansado, extremamente cansado.

Eles convenceram Campos a dormir no abrigo, viram que ele já tinha participado de alguns torneios:

— Eles falaram, “isso não é para você”. Eles ficaram preocupados comigo de verdade, sabe?

A partir daí, a vida começou a voltar aos trilhos. Foi encaminhado para o albergue, começou a ter pequenos trabalhos até ser contratado. Ana Amaral é quem acompanha Márcio Campos nessa reintegração:

— É interessante, porque um dia ele falou assim para mim: “quando eu sair daqui, eu quero fazer terapia com você”. Ele não busca só ganhar dinheiro. Ele busca melhorar como pessoa, como cidadão.

**Reintegrado.**  
Márcio da Silva Campos, no albergue da Prefeitura onde mora: perto de alugar sua casa